PRODUZIR E COMPARTILHAR VALOR:
identidade e sustentabilidade do cooperativismo em debate

ARTIGO

*Fábio Luiz Búrigo**
*Sérgio Schneider***

As cooperativas representam uma das mais importantes manifestações de ação coletiva na sociedade contemporânea. Desde o século XIX, sua atuação é guiada por uma identidade própria, que se baseia em quatro pilares principais – declaração de identidade (conceituação de cooperativa), marca, valores e princípios – que se manifestam por meio das habilidades, práticas, ritos e institucionalidades que moldam a cultura cooperativa de cada país. Diante do cenário de crise global, este ensaio discute o papel do conceito de valor para o futuro do cooperativismo e sua contribuição para a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Argumenta-se que, no Brasil, as cooperativas precisam considerar o valor como um elemento chave para reforçar sua identidade, enfrentando assim os desafios de construir uma economia mais sustentável, com justiça social e preservação ambiental. Em última análise, conclui-se que avanços significativos dependerão de reformas legais e institucionais que fortaleçam a democracia e a cultura cooperativa no país.

Palavras-chave: Criação de valor. Movimento cooperativo. Sistemas alimentares sustentáveis. Identidade cooperativa. Legislação cooperativa.

INTRODUÇÃO[1]

As cooperativas constituem uma das mais importantes manifestações de ação coletiva das sociedades contemporâneas. Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que representa a expressão maior desse movimento no mundo, existem hoje mais de 1 bilhão de pessoas que possuem vínculo formal às instituições cooperativas. Grande parte das cooperativas existentes no mundo atua no ramo alimentar, tanto na produção quanto na distribuição e comercialização e consumo de alimentos, assim como no financiamento dessas atividades.Como se discutirá neste trabalho, valores, princípios e a identidade das cooperativas são partes constitutivas de um modelo organizacional particular, que carrega um conjunto de características relacionadas a sua forma atuação no ambiente social e econômico.

Schneider (2019) registra que na prática cooperativista existe uma tensão permanente entre duas dimensões (econômica e social), e quando uma dessas dimensões é subestimada a cooperativa compromete sua identidade. Por ser ao mesmo tempo uma associação e uma organização econômica, a cooperativa possui características duais, sendo por isso compreendida por muitos estudiosos como uma organização complexa, por vezes, paradoxal ou ambígua (Novkovic et al.,2022). Porém, essa dualidade, ao invés de uma fraqueza ou limite do modelo, pode ser entendida como uma fortaleza e ser empregada de forma positiva pela organização cooperativa (Novkovic et al.,2022). A dualidade, pode criar visões contraditórias dos membros sobre o andamento da cooperativa. Mas pode também ser aproveitada para criar dinâmicas inovadoras de gover-

* Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFSC).
Rod. Admar Gonzaga, 1346. Bairro Itacorubi. Cep: 88034-000. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil.
Fabio.burigo@ufsc.br
https://orcid.org/0000-0003-0363-5215

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural.
Avenida João Pessoa, 31. Centro. Cep: 90.040.000. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. schneide@ufrgs.br
https://orcid.org/0000-0002-4353-6732

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Representa um dos resultados do projeto "Sistemas agroalimentares e políticas públicas: construção de inovações teóricas e metodológicas para análise de experiências internacionais", aprovado no Edital n.12/2019 do Programa Capes/Cofecub.

http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.58477 / Caderno CRH – ISSN: 1983-8239

nança, estabelecida a partir da incorporação das distintas posições do quadro associativo (Ashforth; Reingen, 2014).

Draperi (2012) destaca que participar das cooperativas implica ser ao mesmo tempo beneficiário e associado do empreendimento. Limmios et al. (2018) ampliam os papeis do sujeito cooperativo, considerando-o, ao mesmo tempo, usuário, investidor, proprietário e membro de uma comunidade de propósitos. Inspirado no quadrilátero, uma estrutura analítica criada por Desroche (1976) para entender as interações e tensões que se formam entre gestores, empregados, associados e administradores (dirigentes) de uma cooperativa, Saïsset (2016) destaca como essas relações impactam a tomada de decisões e a criação de valor, podendo contribuir para uma governança mais equilibrada e eficaz do empreendimento cooperativo.

Apesar de atuar como uma empresa e ter como finalidade econômica precípua gerar resultados aos associados, entendemos que em função de suas particularidades as cooperativas não podem ser qualificadas como organizações cujo objetivo central seja a maximização do lucro. As cooperativas nasceram com o intuito de se contrapor ao modelo clássico das empresas privadas que compõem as estruturas basilares do sistema capitalista. Nesses empreendimentos o controle dos meios de produção está nas mãos dos donos do capital e o seu funcionamento é viabilizado com base na relação patrão versus empregado. Derivado de sua natureza particular, que as distinguem das empresas tradicionais, os empreendimentos cooperativistas também detêm outro predicado vital no ambiente de negócios que é a posição de agente regulador na dinâmica do sistema econômico (Boyer; Yves, 1995; Ansart; Artis; Monvoisin, 2014). Além disso, argumentaremos neste artigo, as cooperativas também podem gerir e compartilhar outros atributos de alto interesse social, como os relacionados aos chamados bens comuns, que têm amplo alcance nos ambientes em que essas organizações atuam (Eynaud; Laurent, 2017). Não raro, estas referências e valores das cooperativas são acionados e inspiram outros arranjos associativos, como aqueles que integram o universo da economia social e solidária (ESS) (Duverger, 2019).

Em face deste caráter, neste trabalho pretendemos argumentar que as cooperativas são organizações especialmente capazes de produzir e compartilhar valor e, ao fazê-lo podem fortalecer a sua identidade e alcançar distinção em relação aos demais empreendimentos econômicos. Por conta desses atributos, pode-se afirmar que as cooperativas são empreendimentos estratégicos para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, por sua capacidade potencial para melhor distribuir os resultados obtidos em prol do coletivo. Ao atuar de forma comprometida com as necessidades das pessoas e do território onde estão instaladas, as cooperativas podem se tornar exemplos de como administrar a produção de valor, levando em conta as partes interessadas na condução de seus negócios (Mazzucato, 2020).

Da ação humana cooperativa cria-se a coesão social necessária para gerar empreendimentos que funcionam como partes ou peças de uma engrenagem maior e mais complexa, que se converte em um movimento, o cooperativismo. Assim, pode-se dizer que o ato de cooperar decorre das motivações e dos valores individuais (econômicos, sociais, culturais, religiosos etc.), mas também decorre das visões de mundo que orientam a ação dos indivíduos. Logo, uma cooperativa torna-se um empreendimento criado a partir de concepções e valores e que reflete a cultura e as percepções dos indivíduos. Os valores, em última instância, são ao mesmo tempo o ponto de partida, a motivação, assim como uma das próprias razões de ser de um empreendimento cooperativo. Nesse processo, o movimento cooperativo, embora parte de uma síntese desses valores e motivações individuais, gera uma manifestação coletiva que se revela na construção de uma ação coletiva dos que desejam agregar aos valores individuais determinados valores e princípios gerais que, derivadas de um pro-

cesso histórico, tornam-se balizadores da ação conjunta das organizações cooperativas.

Todavia, essa visão e entendimento das cooperativas e do cooperativismo não é compartilhado por analistas que propugnam que há uma separação entre a teoria cooperativa e o movimento cooperativo. De modo geral, a divergência central reside no entendimento de que o cooperativismo seria uma espécie de teoria ou um conjunto de referências morais geradoras de uma doutrina e que por isso teriam menor importância na ação concreta da organizações cooperativas quando analisadas no plano individual, ao passo que as cooperativas seriam empresas similares as demais, organizadas sob a base dos princípios econômicos e administrativas da eficiência no uso de fatores de produção e na geração de resultados decorrentes.

Na perspectiva que procuraremos desenvolver, o valor de uma cooperativa se refere aos preceitos que são coletivamente compartilhados pelos indivíduos que tomam a livre decisão de se associar e criar um empreendimento coletivo com o objetivo de fazer frente a algum problema ou de solucionar alguma demanda, sendo reconhecidos. Os ideais compartilhados pelas cooperativas se institucionalizam pelo conjunto de preceitos que moldam a ideia da identidade cooperativa e se tornam dispositivos que orientam sua ação coletiva por meio do movimento cooperativo.

Mas qual é de fato o diferencial de valor da cooperativa e do movimento cooperativo no contexto de falência do receituário econômico neoliberal, cujo corolário aponta o crescimento da crise climática, das desigualdades e dos problemas alimentares que dominam a agenda mundial nas últimas décadas?

Neste ensaio pretendemos discutir a importância do conceito de valor para o futuro das cooperativas e do movimento cooperativo, e como isso está diretamente ligado com a sua identidade, diante de um contexto de insustentabilidade no qual elas estão inseridas. O argumento central sobre a importância do valor inspira-se nos trabalhos recentes de Mariana Mazzucato (2020;2022). A abordagem nos permite discutir, em especial, a relação entre a perspectiva da criação de valor como uma oportunidade para se repensar o papel das cooperativas na transição para uma economia sustentável com justiça social, tendo em conta a temática alimentar. Cooperativas que atuam na produção, beneficiamento, transformação e comercialização de alimentos possuem destacada importância nesse debate devido a sua abrangência mundial e no Brasil.A justificativa dessa abordagem se apoia na hipótese de que as formas de ação coletiva, em particular as cooperativas, além de sua capacidade de gerar mais igualdade social são essenciais para se repensar a economia mercantil nas sociedades contemporâneas em um contexto de crise. Segundo Mazzucato (2020) o conceito de criação de valor assume relevância tendo em vista a perspectiva de reorientar as ações empresariais, que passam a se pautar não apenas pela sua performance orientada ao lucro, mas o compromisso com questões éticas e temas não humanos, tais como as climáticas, biodiversidade, respeitos, entre outros.Além desta introdução, o ensaio é composto por quatro partes. A primeira parte aborda brevemente o percurso histórico e a trajetória do movimento cooperativo que forjou a construção da identidade cooperativista. A segunda analisa a questão do valor, tendo em conta alguns desafios e oportunidades gerados pelas crises do capitalismo mundial contemporâneo e pelas trajetórias das organizações cooperativas. A terceira discute como as cooperativas podem oferecer respostas para fortalecer os sistemas alimentares sustentáveis assentados em territórios com vínculos comunitários, em que vicejam ambientes econômicos mais cooperativos e propícios a geração de valor compartilhado. As considerações finais registram que no Brasil às questões do valor e da identidade se somam entraves legais e institucionais que limitam a ação das cooperativas, apresentando também algumas sugestões de pesquisa e de outras ações voltadas

ao aprimoramento do movimento cooperativo e da cultura cooperativa no país.

DIFERENTES VISÕES DE COOPERATIVA E DESAFIOS PARA O FUTURO DO MOVIMENTO COOPERATIVO

A história do cooperativismo demonstra que o modelo cooperativo nasceu como uma resposta de pessoas e grupos sociais diante dos desafios gerais gerados pela exploração econômica e social. Para tratar de necessidades e interesses envolvidos, geralmente as primeiras cooperativas envolviam diversos públicos de filiados, ou seja, eram multissocietárias. Tal postura aumentava sua importância social, e consequentemente, seu valor e sua capacidade de oferecer respostas para diversas questões presentes nas comunidades.

No limiar do século XX, na medida em que se tornava mais conhecida no meio social os seus negócios se expandiam, a maioria das cooperativas passou a atuar de forma segmentada em setores específicos e estruturar suas parcerias por ramos econômicos. O seu quadro social também passou a ser constituído de forma unissocietária, ou seja, composto por apenas um público filiado (Draperi, 2012). Na Europa, esses públicos eram formados por operários (ramo trabalho), moradores urbanos (ramo consumo) e do campo (ramo agricultura), mas também por pescadores, artesãos, mineradores, prestadores de serviços, pequenos comerciantes etc. (Namorado, 2013).

Nessa época conviviam ao redor de muitas cooperativas grupos de religiosos (cristianismo social), benévolos, solidaristas e outros pensadores sociais, etc., que buscavam nessas organizações mecanismos sociais e econômicos inovadores para colocar em marcha suas ideias e formas de atuação. Não raro, as cooperativas conviviam e se articulavam politicamente com outras formas de organização coletiva, tais como sindicatos, agremiações mútuas, associações, igrejas cristãs, partidos políticos, comunidades alternativas, falanstérios, movimentos de voluntariados e até mesmo clubes empresariais. Juntas, as cooperativas formavam uma constelação de arranjos organizacionais e de estratégias, com pensamentos ora comuns ora conflitantes (Namorado, 2013).

Essa diversidade de motivações e interesses se expressava, por exemplo, pelos grupos sociais que apostavam nas cooperativas apenas como um modelo organizacional eficiente para aumentar seus ganhos econômicos dentro do sistema capitalista (Laville, 2014). São cooperativistas que tradicionalmente assumem uma visão pragmática e utilitarista do cooperativismo (Draperi, 2012). Outros coletivos, porém, pensavam um pouco além em termos de transformação social, e enxergavam no cooperativismo um instrumento capaz de distribuir melhor entre as pessoas as riquezas geradas nas atividades mercantis. Nesse segundo agrupamento havia, ainda, os que apostavam em transformações sociais e econômicas mais abrangentes, preconizando que as cooperativas deveriam atuar como elementos de ruptura com a ordem capitalista. Na França, Charles Gide (1847-1932) tornou-se muito conhecido ao defender a República Cooperativa como uma "terceira via" entre o capitalismo e o socialismo (Pinho, 2004). Em países da Europa surgiram ainda cooperativas formadas por coletivos que se identificavam como revolucionários, pois eram advindos de movimentos políticos de inspiração socialista ou comunista (Gueslin, 1987). Em diversos locais do mundo grupos de militantes cooperativistas passaram a construir vilas ou comunidades alternativas em bases cooperativas, propondo que as pessoas pudessem "testar na prática" os estilos de vida propagados pelos socialistas utópicos e seus seguidores (Schneider, 2019). Geralmente essas vilas cooperativas alternativas nasciam e se extinguiam em pouco tempo, mas algumas perduram por anos, sem, no entanto, ganhar uma adesão social mais ampla da população (Búrigo, 2010).

Embora reverberando essa diversidade de visões e interesses, na forma de conflitos e

as fortes tensões, pode-se dizer que a vontade de unificar o movimento e fortalecer o valor das cooperativas falou mais forte para os líderes cooperativos do final do século XIX. Ao ser fundada em 1895, a ACI assumiu o papel de "unir, representar e trabalhar a serviço de cooperativas em todo o mundo" (ACI, 2020, p.1). Como sinal de seu prestígio, a Organizações das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sempre reconheceu e valorizou a ACI com uma das entidades mais importantes para o desenvolvimento e bem-estar dos povos.

Não obstante a pluralidade de pensamentos e a dificuldade de encontrar elementos comuns de atuação não tenham diminuído, a ACI conseguiu manter-se articulada, conquistando a hegemonia política de representação do movimento cooperativo até os dias atuais: "a ACI fornece uma voz global e um fórum para conhecimento, experiência e ação coordenada para as cooperativas (ACI, 2020, p. 1).

Mas como essa proeminência da ACI se expressa em termos práticos e simbólicos? Foi a partir da recuperação das ideias compiladas pelos pioneiros de Rochdale sobre as regras de funcionamento de uma cooperativa, que a ACI foi aprimorando suas formas de integrar o movimento cooperativo ao longo do século XX. A partir da década de 1930, o esforço gerou um conjunto de direitos e deveres, traduzidos na publicação de princípios e valores a serem seguidos por todos que aderem ao movimento cooperativo.

Declaração de Identidade, marca, princípios e valores: a relevância da identidade cooperativa

Estudos demonstram que a formulação e definição de princípios e valores cooperativistas foram construídos ao longo dos tempos, por meio de inúmeras experiências de ação coletiva que geraram, por seus erros e acertos, aprendizados individuais e coletivos, sempre mediados por forças políticas e visões de mundo dos atores que compõem o movimento cooperativo (Namorado, 2013; Draperi, 2012). Foreman e Whetten (2002) destacam, por exemplo, que o comprometimento dos membros com uma organização cooperativa pode ser entendido como um construto multidimensional, com componentes emocionais ou afetivos e comportamentais ou calculativos. As cooperativas atuais são, portanto, o resultado visível do desenvolvimento de um conjunto de ritos, habilidades e práticas que foram forjadas por meio da experimentação de diversas formas de cooperação, historicamente construídas em diferentes sociedades (Sennet, 2012).

Constituir uma cooperativa significa participar ao mesmo tempo de um empreendimento e de um movimento social, que comunga de um tipo especial de institucionalidade e um conjunto de preceitos (ideais) geradores de uma cultura organizacional específica, cuja materialidade é universalmente reconhecida.

Desde os primeiros congressos da ACI, o movimento cooperativo mundial discute os valores e princípios que sustentam uma cooperativa, sendo esses conteúdos avaliados e remodelados periodicamente. O movimento também criou uma marca, para gerar uma imagem simbólica e unificada das cooperativas em todo o mundo. Esses valores, princípios e marca que sustentam uma cooperativa configuram uma identidade, a ser reconhecida pelas cooperativas e pelo movimento cooperativo.

Ainda que por quase um século as estratégias da ACI tenham conseguido conservar uma imagem positiva das cooperativas, a partir dos anos 1980 novos desafios foram lançados ao movimento cooperativo. Com o fim da Guerra Fria, a expansão do neoliberalismo e a emergência dos debates em torno do desenvolvimento sustentável, percebeu-se que era preciso reafirmar sua coesão no plano mundial (Thomas, 2008). Naquele momento observava-se também que grande parte dos países ocidentais sentia os efeitos das crises no modelo de bem-estar social, demarcando o final dos anos de crescimento vividos durante o Pós-Guerra. Todas essas transformações

eram globais e impactavam diretamente e indiretamente as cooperativas e precisavam de algumas respostas do movimento cooperativo internacional (Bancel, 2022).

Observava-se que mesmo as cooperativas que conseguiam expandir seus negócios eram também criticadas devido o descolamento crescente de suas atividades em relação ao desenvolvimento de seus territórios de origem (Saïsset; Cheriet, 2012). Um exemplo dessa postura vinha das cooperativas agrícolas francesas, que intensificaram a produção e processamento de alimentos destinados aos mercados internacionais em detrimento dos produtos e dos circuitos que abastecem as demandas alimentares dos territórios onde estão situadas (Filippi; Frey; Mauget, 2008). Num plano mais geral, muitas cooperativas passaram a ser consideradas como empresas coparticipes das políticas neoliberais e criticadas por estarem aumentando as taxas de concentração da riqueza e de exclusão social (Thomas, 2008), medidas que, por consequência, desvirtuavam sua identidade.

Em 1995, durante o Congresso Mundial de 1995, em Manchester, a ACI resolve aprovar pela primeira vez uma "Declaração de Identidade", na qual se incluem uma definição de cooperativa. Pela Declaração, uma cooperativa é conceituada como "uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada" (ACI, 2020). Nesse mesmo evento houve uma revisão dos valores e princípios cooperativos, que estão em vigor até os dias de hoje.[2] Esses quatro elementos (declaração, princípios, valores e marca) passaram a compor o conjunto de ideais, que atualmente conformam a identidade cooperativa.

Foi também nesse evento que se incorporou o sétimo princípio cooperativo: preocupação pela comunidade (ACI, 2020). Esse princípio nasce com uma espécie de resposta às críticas sobre a insensibilidade do movimento cooperativo ao tema do desenvolvimento sustentável dos territórios em que atuam (Silva; Búrigo; Cazella, 2021). Além disso, diante das incertezas e riscos que ameaçavam a imagem das cooperativas, o movimento cooperativo internacional entendeu que precisava revigorar sua marca, pois ela "é a forma pela qual a cooperativa se comunica e projeta a identidade com o mundo externo através da educação, formação, informação, marketing, logomarcas, redes sociais etc." (Laes, 2022, p.194).[3]Apesar desses esforços, o comportamento de muitas organizações cooperativas pouco se alterou. Após a crise bancária de 2008, a aceleração dos problemas relacionados à crise climática e a crescente financeirização da economia aumentaram as indagações sobre a sustentabilidade dos produtos e serviços cooperativos e sobre a pertinência dos modelos de negócios em termos de geração de valor e da agenda do desenvolvimento sustentável (Bancel, 2022). Não raro, em nome dos imperativos econômicos e do pragmatismo gerencial, muitas cooperativas reforçaram estratégias de governança oriundas de empresas não cooperativas (Levi, 2000). O respeito aos valores e princípios cooperativos continuaram sendo paulatinamente desconsiderados ou relegados ao segundo plano, assim como as formas de governança, que estimulavam a participação social na gestão, foram sendo reduzidas e mesmo abandonadas na medida que novos gerentes e diretorias executivas assumiam a administração e cultura operacional das empresas cooperativas.

Ao estudar esse processo de transformação no sul da França Saïsset, Cheriet (2012) constataram que muitas cooperativas para via-

[2] Os princípios são os seguintes: associação voluntária e aberta; gestão democrática dos associados; participação económica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade. Os valores são: autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (ACI, 2023).

[3] Para reforçar a identidade cooperativa, na década de 2010 o movimento cooperativo mundial e a ACI lançaram um novo logotipo e se mobilizaram institucionalmente para que a ONU declarasse 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas.

bilizar suas transações comerciais se fundiram e/ou fundaram novas empresas com estatutos não cooperativos, criando estruturas de negociais híbridas, formadas por organizações cooperativa e não cooperativas atuando no mesmo conglomerado. Para intensificar sua atuação nos mercados globais, nota-se também o surgimento de alianças mercantis entre cooperativas e grupos empresariais e financeiros tipicamente capitalistas, que obviamente não seguem princípios e valores e nem as mesmas preocupações com a preservação da imagem e identidade cooperativa.

Em todos esses casos, o fenômeno do isomorfismo institucional não congruente torna-se cada vez mais presente no cotidiano das cooperativas (Dimaggio; Powell, 1983). Com isso as taxas de sucesso das organizações passam a ser medidas cada vez por parâmetros empregados por empresas não cooperativas (Levi, 2000). Em muitos casos essa conduta também amplia as tensões relacionadas à identidade cooperativa (Nelson et al..., 2016). Assumem, assim, o risco de gerar uma transformação tão profunda na cultura do empreendimento cooperativo, pela qual pode passar a imperar a lógica da extração de valor, destacada por Mazzucato (2020).

Mas quais os limites que essas novas configurações em termos organizacionais geram e ainda permitirão manter em pé a identidade das cooperativas? É possível e estratégico conviver com essas contradições? Quando a declaração de identidade, princípios e valores não são mais respeitados por muitas cooperativas, qual a consequência dessa postura para o futuro do movimento cooperativo? Entram aqui questões de ordem ética-políticas, culturais, organizacionais e socioeconômicas, muitas delas relacionadas a questão do valor, que também carregam no seu âmago o compromisso das cooperativas com sua história e com as decisões democráticas do movimento cooperativo.

Em 2020, passados 25 anos do Congresso de Manchester, a própria ACI, preocupada com a questão do isomorfismo e com seus desdobramentos na cultura cooperativista, decide lançar uma diligência mundial para se debater novamente a identidade cooperativa. Face a sua importância para o futuro do movimento e das próprias cooperativas, nas palavras do então presidente da maior organização de representação do cooperativismo francês (COOP FR) e membro do Conselho da ACI, é preciso "aprofundar a nossa identidade cooperativa", a fim de "(..) abrir um diálogo global contínuo sobre a relevância das cooperativas e a aplicabilidade dos princípios cooperativos para o resto do século XXI" (Bancel, 2022).

Para avançar no debate do valor é importante destacar o papel e a trajetória de um movimento que, apesar de suas diferenças, se preocupou historicamente atacar as iniquidades, defender os mais pobres e gerar oportunidades econômicas distributivas, com maior efeito em termos de justiça social e que agora se depara com a agenda do desenvolvimento sustentável. É aqui, também, que o grau de influência das teorias e doutrinas do cooperativismo no tema do valor entra em discussão.

O ressurgimento das lutas sociais e comunitárias e os compromissos das cooperativas com a sustentabilidade ambiental

No final do século XX, diversos países assistem ao ressurgimento das lutas sociais e econômicas por meio dos movimentos de economia social e solidária. As crises derivadas da quebra dos pactos sociais existentes desde o Pós-Guerra e surgimento dos primeiros sinais dos problemas ambientais em escala global impulsionam a criação de novas formas de cooperação socioeconômica e de reestruturação do mundo do trabalho. Nesse ambiente, o associativismo e o cooperativismo também reaparecem como opções estratégicas para muitas comunidades empobrecidas e populações de regiões desfavorecidas enfrentarem seus desafios em termos de desenvolvimento. Mesmo os países mais desenvolvidos assistem um (re) nascimento das lutas populares e a aprovação

de legislações e políticas de fortalecimento das chamadas cooperativas sociais que possuem vínculos diretos com os processos de Economia Social e Solidária (Laville, 2016; Adam; Douvitsa, 2022). Renascem também debates sobre a morfologia das cooperativas, que remontam as origens do movimento cooperativo, quando as organizações eram multissocietárias, ou seja, eram compostas por diferentes públicos que coexistem no meio social (Draperi; Margado, 2016).[4]Como entes oriundos de movimentos sociais e de comunidades que enfrentam problemas recorrentes, como as desigualdades e de múltiplas formas de exclusão, nas últimas décadas as cooperativas vêm também tendo que dar respostas ao crescimento dos riscos ambientais. Juntas, tais questões desafiam internamente as cooperativas e suas capacidades de responder as necessidades do desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Diante desse momento de crise, o debate sobre o valor relança perguntas sobre o futuro das empresas cooperativas e do movimento cooperativo.

COOPERATIVA: um empreendimento que gera valor

Particularidades do arranjo organizacional cooperativo

Embora a ACI tenha até os dias de hoje conseguido manter a articulação do movimento cooperativo mundial, essa unificação sempre desenvolveu de forma combinada com uma flexibilidade em termos de governança. Em cada país ou região essa flexibilidade se traduziu no reconhecimento de distintas estruturas jurídicas e sistemas internos de gestão que podem se apresentar como uma cooperativa e carregar a sua marca.

Se as cooperativas demonstram grande capacidade de adaptação aos ambientes social e econômico nos quais atua, essa flexibilidade indica também que o funcionamento de uma cooperativa se ancora num arranjo complexo. Esse arranjo a distingue de todas as outras organizações empresariais da economia capitalista, normalmente baseadas em sistemas de decisão piramidal, cujo objetivo é maximizar o lucro de suas operações mercantis e, mais recentemente, ampliar a remuneração dos seus acionistas. Sob o ponto de vista econômico, as cooperativas são empresas que visam a produção de bens e mercadorias a partir do uso de recursos coletivos. A ACI explica assim a conduta empresarial das cooperativas:

> São empresas baseadas em valor e o seu objetivo não é apenas criar riqueza. [...]. As cooperativas compartilham um conjunto de princípios acordados internacionalmente e atuam em conjunto para construir um mundo melhor por meio da cooperação. Baseiam-se na equidade, igualdade e justiça social. Graças a esses valores, as cooperativas em todo o mundo permitem que as pessoas trabalhem juntas para criar negócios sustentáveis que gerem prosperidade e empregos a longo prazo. As cooperativas permitem que as pessoas assumam o controle de suas economias futuras e, por não serem propriedade dos acionistas os benefícios econômicos e sociais de sua atividade permanecem nas comunidades em que estão estabelecidas (ACI, 2023).

Para entender como o valor no ambiente cooperativo é tratado é importante analisar também como os preceitos da ação coletiva que regem os empreendimentos cooperativos têm sido estudados pelas ciências sociais.

Particularidades da ação coletiva cooperativa

A evolução do pensamento cooperativista levou ao surgimento de abordagens mais centradas na perspectiva da eficiência e dos ganhos financeiros e as outras na perspectiva

[4] Em 2001, na França, é aprovada a lei das Sociedades Cooperativas de Interesse Coletivo (Scic). Esse modelo reincorpora a noção multissocietária das cooperativas, garantido espaço formal de atuação e governança para diferentes públicos, tais como assalariados ou produtores, consumidores, entidades apoiadoras, voluntários etc. Representações do poder público também podem participar das Scic, dentro de certos limites. Mais informações sobre as Scic e suas potencialidades no contexto brasileiro ver em Búrigo (2024).

da solidariedade e do bem-estar coletivo. As primeiras normalmente seguem referências e conhecimentos advindo da área da economia neoclássica, que valorizam a performance do empreendimento cooperativo em busca de seus ganhos lucrativos. Geralmente, tais estudos abordam o papel das cooperativas para suprir "falhas de mercado", atacar externalidades negativas trazidas das empresas tipicamente capitalistas e outras questões relacionadas ao seu potencial econômico (Novkovic, 2008). Mas a maior parte desses estudos teóricos tendem ou minorar a dualidade das cooperativas, homogeneizando analiticamente pressupostos, metas e objetivos, ignorando, assim, a complexidade da organização (Novkovic et al.,2022).

Entre as principais perspectivas que criticam essa abordagem estão as correntes de pensamento ligadas a economia social e solidária, para as quais a ação coletiva por meio das cooperativas se pauta por diversos objetivos mais amplos, econômicos e não econômicos e que, portanto, condicionada a outros elementos, além da busca do retorno financeiro. Muitos desses elementos estão baseados em valores, como a solidariedade, e em manifestações de cooperação de natureza não mercantis, como a reciprocidade (Laville, 2016; Martins, 2005).

Esse tipo de abordagem mais ampla a respeito do papel das cooperativas no meio social tem sua origem nas ideias dos chamados socialistas utópicos, cujo expoente máximo foi o inglês Robert Owen, considerado por muitos cooperativistas como o pai do cooperativismo. Esta perspectiva influenciou de forma decisiva a construção inicial do movimento cooperativo e dela deriva a doutrina de que um empreendimento cooperativista é uma empresa que visa contribuir com o bem-estar coletivo, tanto daqueles que estão engajados como daqueles que gravitam no entorno social (Griebeler et al., 2022). Um exemplo mais recente dessa primeira vertente pode ser observado nas lutas de movimentos populares pela criação das chamadas cooperativas sociais. Presentes em diversos países, as cooperativas sociais fornecem serviços e desenvolvem atividades como forma de suprir necessidades (trabalho, educação, saúde etc.) de populações que vivem em condições vulneráveis (Cáceres, 2022).[5]Uma segunda vertente perspectiva ainda dentro dessa abordagem é a da mutualidade, que se assenta no princípio da cogestão e da corresponsabilidade, o que faz com que os integrantes de uma organização coletiva compartilhem os riscos assim como os benefícios de um empreendimento coletivo. Essa perspectiva vertente ganhou expressão especialmente na Europa, onde as organizações mutualistas conformaram os movimentos da chamada economia social (Laville, 2014).

Obviamente que estas concepções e perspectivas foram se modificando ao longo do tempo e formas mistas entre ambas ganharam relevo, mas que tiveram impactos diferentes no movimento cooperativo de cada país, na medida que as políticas de bem-estar social ganhavam ou perdiam força no contexto nacional. Ou seja, todos esses novos arcabouços legais e as políticas públicas que surgem associadas ganharam vários formatos e alcances variados. Algumas dão suporte jurídico à criação de novas cooperativas e outras permitem adaptações estatutárias nas cooperativas já existentes (Sibille, 2012).

Embora a identidade seja formalmente reconhecida, o que se observa no comportamento das cooperativas é uma heterogeneidade muito grande de práticas e formas de ver o mundo, confirmando que ambas abordagens e perspectivas destacadas acima seguem influentes no movimento cooperativo (Namorado, 2013). Tais preceitos são adotados em maior ou menor exatidão pelas leis e regimentos que orientam o funcionamento jurídico do cooperativismo em cada país. Nesse interim, também se estabelecem normas tácitas ou implícitas que moldam a cultura cooperativis-

[5] No Brasil também existem cooperativas sociais, apesar de muito pouco conhecidas e pesquisadas. A Lei nº 9.86, de 10/11/1999 define que "as cooperativas sociais são constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos" (Unisol, 2023).

ta, que operam como referências de conduta, regendo a interação e as relações dos agentes que participam e lideram as cooperativas e o movimento cooperativo.[6] Em torno dessas estruturas gravitam visões e ações resultantes de concepções ontológicas e posturas ideológicas por vezes distintas, demarcando uma diversidade considerável da ação coletiva cooperativa quando analisada empiricamente, seja no Brasil como em outros países.

Sabe-se que todas as visões e perspectivas apresentam limitantes e dificuldades em face tanto das transformações sociais e econômicas do capitalismo contemporâneo como das relações sociais que caracterizam a época atual. Por um lado, as cooperativas que priorizam suas preocupações sociais calcadas na solidariedade cooperativa encontram barreiras em face de competição crescente dos empreendimentos coletivos com os modelos empresariais não cooperativos, do que resulta a perda de competitividade e não raro o fracasso da performance econômica, levando ao afastamento dos sócios e à sua desintegração como organização coletiva (Novkovic et al., 2016). Por outro, pelo lado mercantil, a adoção do *modus operandi* das empresas capitalistas voltadas aos interesses pelos lucros e mais recentemente a uma distribuição desmedida desses ganhos pela lógica da financeirização, acaba criando o fenômeno da degeneração e o problema da extração de valor dos empreendimentos (Mazzucato, 2020).

A globalização, o aumento da concorrência e a flexibilização do arcabouço legal que rege a governança das empresas privadas são fatores que ampliaram os riscos da degeneração das cooperativas (Conforth, 1995). Por outro lado, o acirramento da competição, o aumento das desigualdades e a concentração da riqueza são elementos que têm despertado um interesse renovado nas organizações cooperativas, de tal sorte que o movimento cooperativo brasileiro registra taxas de crescimento positivas de adesões em todas os setores, sejam na agricultura, indústria, financeiro ou na prestação de serviços. Esta retomada do cooperativismo coincide com um movimento mais geral, tanto de reflexão intelectual como organizacional, em torno da ideia de valor, mais especificamente de Valor Público ou Valor Compartilhado (Fukumoto; Bozeman, 2019; Porter; Kramer, 2011).

A criação de valor por meio das empresas cooperativas

Mazzucato (2020) introduz a ideia de que no capitalismo contemporâneo as organizações precisam ter uma preocupação e um compromisso com valores públicos. Isso deve ser entendido como uma forma de medir o progresso em direção à realização de objetivos sociais amplamente aceitos, que em última análise visam o bem comum. A ideia central é que as organizações empresariais não possuem apenas a necessidade de produzir mais e gerar mais riqueza, não importando a que custo e de que forma.

Por esta razão, Mazzucato (2022) sugere introduzir a noção de valor como eixo orientador para a ação pública do Estados assim como das empresas privadas. Não se trata apenas de gerar excedente econômico, mas criar mecanismos de distribuição do valor gerado de tal sorte que toda coletividade passa ser beneficiar dos resultados, seja de forma direta (salários, renda, dividendos, lucros) ou indireta (melhores serviços públicos como transporte, redução da poluição, acesso a equipamentos de lazer).

A abordagem central no valor pode ser útil para pensar e refletir sobre o foco de ação do cooperativismo contemporâneo. Não é difícil sustentar que empreendimentos cooperativos não são empresas essencialmente capitalistas,

[6] Em 2016, o Comitê de Princípios da ACI publicou um documento sobre a aplicação prática dos princípios para as empresas cooperativas. Estas notas de orientação pretendem registar a compreensão da Aliança a respeito dos princípios e sua aplicação em termos contemporâneos, adaptados ao século XXI. Ver a versão em espanhol do documento em: https://www.ica.coop/es/medios/biblioteca/research-and-reviews/notas-orientacion-principios-cooperativos (ACI, 2023).

basta pensar em um dos quatro chapéus referidos por Limmios et al. (2018). Um dos papeis que um cooperado ocupa numa cooperativa: aquele de define que a propriedade dos seus ativos da empresa pertence ao conjunto dos associados. Isso significa que seus dirigentes ou parte do quadro social não podem dispor desta "propriedade" como bem entendem e fazer uso privado sem consultar aos demais sócios. Obviamente que as cooperativas visam gerar riqueza para que os seus associados possam se beneficiar dos investimentos feitos, do trabalho imbuído e dos resultados gerados. Neste sentido, nem o conceito restrito de lucro nem de propriedade privada se aplica as cooperativas. Pelas suas características, as cooperativas são também capazes de fazer um contraponto a governança das empresas que assumem a perspectiva da chamada "revolução do acionista", o qual se impulsiona a extração de valor das corporações, de acordo com as lógicas da financeirização que regem a economia contemporânea nas últimas décadas (Mazzucato, 2020; 2022). Esta cultura modifica processos gerenciais para "reduzir e distribuir" a riqueza gerada, ou invés de manter a função tradicional das empresas na economia, qual seja, a de "reter e reinvestir" seus ganhos no desenvolvimento de produtos e serviços (Santana, 2023). Existe, portanto, uma incompatibilidade entre o paradigma econômico hegemônico e uma lógica organizacional das cooperativas, que funcionam de forma híbrida baseando-se na coexistência de duas características, a social e a econômica (Levi; Davis, 2008).

A perspectiva de Mariana Mazzucato é complementada por Limmios et al. (2018) ao destacar que o valor oferecido por uma organização cooperativa não se baseia exclusivamente em dimensões funcionais ou mercantis, tais como preço e eficiência dos serviços. O envolvimento e a lealdade dependem também de fatores que impulsionam um compromisso afetivo, já que esses elementos são vistos como essenciais para a resiliência e sobrevivência de um empreendimento cooperativo (Fulton; Adamowicz, 1993; LeVay, 1983). Assim, o valor de uma empresa está sempre associado a fatores utilitários (ou seja, dimensões funcionais e financeiras) e hedônicos (ou seja, dimensões emocionais e sociais) (Talonen et al., 2016).

Contudo, não há dúvidas de que para muitos, inclusive associados dos empreendimentos cooperativistas, estas organizações geram (ou extraem) um tipo de valor que não se distinguem de empresas capitalistas. Seguindo a ótica de adotar a cooperação para exercer uma prática comercial, como as cooperativas de negociantes franceses ressaltados por Draperi (2012), de fato, não são poucas as cooperativas que possuem uma performance como se empresas capitalistas fossem, e assim dando razão às críticas e à própria deturpação de sua identidade. Como resposta, recorrentemente se erguem as alternativas que pretendem "resgatar o verdadeiro cooperativismo", recuperando todos seus pressupostos identitários. Malgrado os esforços e intenções, muitos dos empreendimentos também acabam falhando porque não consegue se multiplicar ou ampliar sua escala.

Por esta razão, uma perspectiva cooperativista centrada na criação de valor pode ser, ao mesmo tempo, a resposta aos problemas de exclusão e ambição que a perspectiva empresarial e economicista perpetua, assim como oferece alternativas ao modelo socialmente justo, mas limitado do cooperativismo vinculado a muitas experiências de ESS, que apesar de sua relevância e idealismo carecem de força econômica.

Uma abordagem centrada no valor coloca no centro do enfoque a busca pela criação de valor ao invés da extração de valor. Mazzucato (2020) define que a criação de valor se refere às maneiras pelas quais diferentes tipos de recursos (humanos, físicos ou intangíveis) são estabelecidos e interagem na produção de novos bens e serviços. A criação de valor se opõe a extração de valor, que é voltada à movimentação de recursos e produtos já existentes e sua subsequente apropriação privada, geran-

do ganhos desproporcionais e deslocando-se do interesse coletivo.

A perspectiva teórica que busca resgatar o conceito de valor como sendo a referência e o alvo (*goal*) que deveria orientar as empresas e os empreendimentos têm como condão colocar no centro do debate o conceito de bens públicos (*public values)*. Em última análise, segundo Mazzucato, as empresas deveriam se preocupar mais com a criação e a produção de valor e não apenas e tão somente extrair valor.

Esta perspectiva de geração de valor como um bem público busca restaurar o sentido da ação econômica coletiva, que não deveria servir apenas ao ganho conspícuo e a fruição individual sem compromisso. O foco nos valores públicos retoma a centralidade da obra de Elinor Ostrom (1996) e sua ênfase na necessidade de construir mecanismos de proteção dos bens públicos de uso comum. Da mesma forma, subscreve a abordagem de Karl Polanyi (2000) sobre a necessidade de desenvolver instituições e mecanismos protetivos que possam fazer frente ao risco da mercantilização destrutiva do capitalismo.

Outro aspecto importante que decorre da ideia de pensar cooperativas na perspectiva da criação e produção de valor se refere ao posicionamento e ao papel do mercado e do Estado. Os mercados deixam de ser pensados como os espaços abstratos de alocação ótima da oferta e da demanda, regulados pelos preços relativos. Ao contrário, os mercados passam a ser entendidos como instituições que são socialmente construídos a partir das relações entre quem quer vender e quem quer comprar. Estas relações são eivadas de interesses e de estratégias, que não são dados a priori ou derivadas de um imperativo categórico. Pelo contrário, os mercados são espaços concretos de troca, em que compradores e vendedores utilizam informações e posições de poder assimétricas para maximizar seus ganhos ou impedir os de outros. Eles são sempre imperfeitos e incompletos e não funcionam segundo o princípio "ótimo de Pareto".

Logo, as "falhas de mercado" não são uma exceção, mas a regra. E para que possam subsistir e funcionar, as economias de mercados precisam do Estado como organizador, regulador e árbitro. Para que os mercados possam funcionar, e funcionar bem, é necessário que o Estado exista. Quanto mais eficiente for o papel do Estado, melhor funcionarão os mercados. Isso não quer dizer que o Estado deve intervir ou guiar todos os mercados. Pelo contrário, o Estado deve agir para evitar que as distorções e as assimetrias dos mercados criem situações de oligopólio e falta de concorrência dos mercados.

Pode-se adaptar essas ideias de criar e produzir valor assim como a construção de mercados ao mundo do cooperativismo. Para Novkovic (2008) as cooperativas podem ser consideradas como agentes que "internalizam externalidades", fortalecem comunidades e proporcionam alternativas em situações de falha de mercado. Ou seja, em muitos casos, as cooperativas nascem e operam espaços onde o capital tradicional não vislumbra a obtenção de lucro máximo, prestando um relevante serviço à sociedade. Para a autora, boa parte dessa "diferença cooperativa" deriva de sua identidade, baseada em valores e princípios, algo que é raramente destacado pela literatura econômica, que se ocupa principalmente em analisar as estruturas de propriedade e as formas de controle presentes nas cooperativas (Novkovic, 2008). Assim, as cooperativas que atuam para criar e construir valor são aquelas que agem no sentido de estimular seus associados para criar e inovar em produtos e processos que geram resultados de alto valor para si e para o meio social. As cooperativas se tornam, portanto, espaços de produção e inovação em que os conhecimentos são compartilhados e os resultados dos processos distribuídos.

Mas as cooperativas que criam e produzem valor não se caracterizam apenas por fazer a redistribuição de resultados ou na participação de sobras (lucros), pois isso muitas cooperativas já fazem. Trata-se, acima de tudo

de produzir bens públicos ou contribuir à geração de valores públicos. Isso significa que a performance das cooperativas já não é avaliada apenas por critérios quantitativos, como escala de produção ou eficiência técnica. As cooperativas comprometidas com a produção de valor na perspectiva de bens públicos precisam colocar no horizonte a sua contribuição para uma economia mais inclusiva, com justiça social, além de atuar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Se o capitalismo atual está em profunda crise, será a melhor escolha medir a taxa de sucesso de uma cooperativa por indicadores oriundos do mundo das organizações não-cooperativas, principalmente daquelas inseridas nos mercados globais e nas lógicas da financeirização, ou por uma lógica que aprecia o valor gerado pelos empreendimentos? Volta aqui a se pensar por qual caminho o movimento cooperativo precisa discutir a identidade cooperativa. Pode-se incorporar a questão do valor para se pensar como "lutar contra um isomorfismo crescente, como cerrar fileiras dentro de um movimento cada vez mais atraído por referências externas?" (Bancel, 2022, p. 18). A questão pode ser exemplificada pela discussão sobre a importância das cooperativas na sustentabilidade dos mercados alimentares.

COOPERATIVAS COMO GERADORAS DE VALOR NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE DOS MERCADOS ALIMENTARES

O foco em atividades que sejam coerentes com sua identidade, princípios e valores recoloca em questão o papel das cooperativas na geração de valor para economia alimentar e no desenvolvimento sustentável. Ao se abordar a questão do valor pela ótica dos sistemas alimentares, inúmeras experiências cooperativas indicam que essas organizações podem ser um ator importante na transição ecológica e para a geração e consumo de alimento saudáveis. Reforçar os sistemas alimentares territorializados (SAT) e o abastecimento por meio de mercados locais e regionais significa tocar em questões chaves no mundo atual, qual seja a qualidade e a relocalização dos alimentos e o reforço de sistemas produtivos que sejam coerentes com agenda da sustentabilidade.

Além de melhor atender os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU, essa posição distancia as cooperativas das lógicas que estão por trás das organizações cujas ações são mediadas pelos interesses dos conglomerados financeiros globais e que muitas vezes acabam determinando as decisões estratégicas e a governança das empresas que delas participam. Em várias das atividades ligadas aos sistemas alimentares as cooperativas podem fazer melhor que o setor privado e mesmo que o Estado. Não é tirar as empresas tradicionais e nem o Estado dos negócios e sim criar uma sinergia que explore o seu potencial da melhor forma. Por serem espaços propícios à inovação econômica e social (Bouchard; Evers; Fraisse, 2015), as cooperativas possibilitam a criação de oportunidade de se combater as desigualdades, oferecendo produtos e serviços que atendam o interesse público na oferta, como também podem viabilizar formas de consumo de alimentos de alta qualidade para populações. Podem fazer tudo isso ao mesmo tempo em que geram rendas que são distribuídas de forma mais equânimes por meio das regras cooperativas.

Uma maior preocupação na produção de alimentos saudáveis na construção e valorização de mercados territoriais e locais e no abastecimento interno por meio de circuitos curtos, as cooperativas podem ser o contraponto ao modelo empresarial que prevaleceu nos últimos anos, pelo qual se priorizou as cadeias longas de alimentos, com graves problemas em termos de sustentabilidade.

Num país como o Brasil, no qual milhões de pessoas passam fome e outros milhões têm uma dieta alimentar cada vez mais desbalanceada em termos nutricionais, as coo-

perativas podem ter um papel estratégico: democratizar e qualificar a alimentação da população; criar mecanismos de relocalização alimentar que passam por alianças diretas entre agricultores, consumidores e outros públicos, como distribuidores e atacadistas, que permitem o descolamento de produtos e serviços. As cooperativas financeiras podem igualmente impulsionar projetos nessas lógicas, e outras formas de cooperativas entram nessa empreitada, reforçando o princípio de intercooperação. Búrigo (2024) destaca que as cooperativas multissocietárias, envolvendo os distintos públicos acima destacados, também apontam um caminho promissor de negócios coletivos em torno dos SAT.

Tem-se, aqui, ambiente propício para reestruturar negócios em mercados alimentares, ampliando a participação das empresas cooperativas e os vínculos com as comunidades. Planificar essas estratégias de intercooperação depende do esforço do movimento cooperativo, que pode aproveitar o ambiente político-institucional do país para redirecionar a ação das cooperativas para a construção de uma nova economia e um ambiente de solidariedade social, respeitoso da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperativa tem como objetivo atuar no mundo econômico e social por meio de um tipo próprio de ação coletiva. Se o modelo econômico hegemônico atual vem aprofundando a financeirização da economia, gerando distorções em termo de desigualdades e ampliando os riscos ambientais, como defender que uma cooperativa que atue de forma muito semelhante a uma empresa privada possa continuar a carregar um selo ou uma marca de ação coletiva tão particular em seus produtos e serviços? Sob o ponto de vista da legitimidade do poder, ao reproduzir sistemas de gestão e de governança das empresas capitalista tradicionais, as cooperativas que abandonam suas próprias tradições e ritos institucionais podem manter sua identidade cooperativa? Elas podem estar ainda inseridas num movimento que promulga princípios e valores como a solidariedade e a democracia interna?

No Brasil, o cooperativismo convive com esses e outros desafios organizacionais "internos", que se somam as distintas visões existentes a respeito do papel das cooperativas no desenvolvimento nacional. Todavia, por quaisquer prismas que se analise a questão é inegável que ainda existe muito espaço para o cooperativismo se expandir no país, mesmo que por conta de fragilidades existentes no setor seja difícil dimensionar esse potencial.

Contribui para esse quadro de incertezas, em primeiro lugar, a inexistência de uma base nacional unificada de registros a respeito das cooperativas brasileiras. Os poucos estudos e dados disponíveis a respeito não convergem entre si. Oliveira; Oliveira (2021), por exemplo, afirmam que em 2017 existiam 8.909 cooperativas e 8,6 milhões de cooperados no Brasil. Segundo as autoras, esses números são derivados das informações que todas as empresas precisam enviar anualmente ao Ministério do Trabalho. Baseado no banco de dados da Receita Federal, Costa (2023) identificou que em fevereiro de 2020 havia 15.690 cooperativas ativas no país. Por sua vez, o site da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) informa que no final de 2024 existiam 4.384 cooperativas (o dispositivo registra apenas as organizações vinculadas a esse sistema). Por outro lado, o mesmo site indica em 2024 as cooperativas já congregavam 25,8 milhões de associados no país (OCB, 2025).

Ainda que não se refiram aos mesmos anos, qualquer tentativa de se combinar análises em torno dos trabalhos acima citados torna-se uma tarefa impossível, pois se esbarra na enorme incongruência de informações que eles aportam quando olhados no conjunto. Na verdade, é preferível destacar que, juntos, esses estudos revelam algo mais preocupante: o prejuízo que a ausência de uma política padro-

nização de dados gera ao setor e à sociedade, visto que nenhum órgão público, universidade, agência ou entidade do movimento cooperativo nacional armazena, analisa e publica algo, em termos quantitativos e relativo ao desempenho, que leve em consideração ou abarque a totalidade das organizações cooperativas presentes no país. Além disso, geralmente as informações disponíveis no Brasil são difíceis de serem comparadas com as de outros países, pois as métricas empregadas não seguem os padrões internacionais de classificação de cooperativas, como os adotados pela OIT (ONU, 2014).

Certamente, a inexistência dessa unificação de informações confiáveis, que deveria ser gerada a partir de um censo cooperativista, empobrece a elaboração de diagnósticos e medidas de apoio ao setor. Destaque-se que a realização de um censo nacional do cooperativismo poderia ser viabilizada com apoio de uma rede de organizações competentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), OIT, universidades, institutos de educação e outras organizações congêneres.

Embora tenham uma origem centenária, as cooperativas brasileiras são ainda pouco conhecidas do grande público. Mesmo que o crescimento do cooperativismo financeiro nos últimos anos tenha gerado uma maior visibilidade, a população brasileira, principalmente a de origem urbana, não compreende bem o potencial da cooperação e das cooperativas na solução de seus problemas e como geradora de bem-estar em suas comunidades. A ausência de um Plano Nacional e de um ambiente institucional capaz de reconhecer e coordenar o movimento cooperativo de maneira mais plural também não contribui para ampliar os processos de educação cooperativa na população. Várias iniciativas que promovem o cooperativismo direcionam seus incentivos para aumentar as atividades comerciais das cooperativas já existentes, algo que é insuficiente para aumentar a cultura cooperativista da população em geral.

Parte desses problemas deriva do ultrapassado marco jurídico que rege o cooperativismo brasileiro. Se a Constituição de 1988 reconheceu as cooperativas como organizações estratégicas no desenvolvimento econômico e social do país, as leis infraconstitucionais, a começar pela Lei Geral do Cooperativismo, pouco contribuem nesse sentido. A Lei 5.764/71, principal referência legal do sistema cooperativo brasileiro, está ultrapassada em vários sentidos.

Além de não contemplar as necessidades e potencialidades atuais do cooperativismo, a Lei Geral em vigor estabelece a unicidade de representação política do segmento, não reconhecendo a diversidade existente atualmente. Essa situação veio à tona depois da redemocratização do país, quando muitas cooperativas decidiram, por opção político-ideológica ou falta de condições financeiras, não se filiar à Organização Cooperativas Brasileiras (OCB), a única entidade de representação prevista na Lei 5.764/71.Atualmente, além das cooperativas filiadas ao sistema OCB, existem redes de cooperativas agrupadas em torno da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas). Ao contingente das cooperativas solidárias se soma outro grupo expressivo de cooperativas denominadas de independentes, que também não são totalmente reconhecidas pela Lei Geral. Embora legalmente constituídas por força da Constituição, que garante o livre associativismo no país, as cooperativas solidárias e as independentes não obtêm os mesmos benefícios que a Lei Geral e leis estaduais do cooperativismo proporcionam às cooperativas filiadas ao sistema tradicional. Sobretudo em torno das cooperativas independentes há um grande desconhecimento a respeito de suas atividades, formas de governança e como organizam suas redes de parceria. Pesquisas que avaliem a quantidade, porte e formas de atuação das cooperativas no seu conjunto no território brasileiro se fazem urgentes, tanto para embasar o impacto real do setor quanto para subsidiar as mudanças institucionais necessárias. Cabe-

ria aqui também uma pesquisa de opinião para entender melhor como o valor do cooperativismo é percebido pelos habitantes do país, como forma de se buscar o bem-estar e solução de problemas nacionais.

Para ampliar a cultura cooperativista no país é necessário aproveitar melhor as estruturas de apoio técnico-educacional do próprio movimento cooperativo nacional, universidades e outras agências de desenvolvimento. Um exemplo nesse sentido é a montagem de parcerias que combinem a expansão de projetos educativos e agendas de pesquisas integradas, aos moldes das chamadas que o CNPq/Sescoop vem realizando nos últimos anos. Tal iniciativa poderia ser expandida e descentralizada para atender demandas de cada região ou estado da federação.

Em suma, discutir a questão do valor e tratar dos sistemas alimentares territoriais com apoio das cooperativas significa dispor de um movimento cooperativo engajado e estrategicamente atrelado com as pautas do desenvolvimento sustentável, a exemplo das questões que integram a Agenda 2030 da ONU. São oportunidades que as cooperativas brasileiras devem aproveitar para fazer a diferença frente às injustiças sociais, às desigualdades econômicas e às demandas vinculadas com a transição ecológica.

Recebido para publicação em 12 de dezembro de 2023
Aceito para publicação em 01 de outubro de 2025

Editor Chefe: *Renato Francisquini Teixeira*

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Fábio Luiz Búrigo – Conceitualização. Curadoria de dados. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Recursos. Supervisão. Visualização. Escrita - esboço original. Escrita - revisão e edição.
Sérgio Schneider – Conceitualização. Curadoria de dados. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Recursos. Escrita - esboço original. Escrita - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Os dados deste artigo podem ser obtidos mediante solicitação ao autor correspondente.

REFERÊNCIAS

ACI-ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Identidad cooperativa: nuestros principios y valores. 2020.

ADAM, S.; DOUVITSA, I. Analyse comparative des lois-cadres sur l'économie sociale et solidaire : les cas de la france, de la grèce, du portugal et de l'espagne. Recma, v. 366. n.4, p. 85-106. 2022.

ASHFORTH, B. E.; REINGEN, P. H. Functions of dysfunction: Managing the dynamics of an organizational duality in a natural food Co-operative. Administrative Science Quarterly, v.59, n.3, p. 474–516, 2014.

ANSART, S.; ARTIS, A.; MONVOISIN, V. Les coopératives: agent de régulation au cœur du système capitaliste? La Revue des Sciences de Gestion, v. 269-270, n. 5-6, p. 111-119, 2014.BANCEL, J. L'enjeu de l'identité coopérative à l'heure où la mondialisation est bousculée. Recma, v. 364, p.16-26, 2022.

BOUCHARD, M. J., EVERS, A., FRAISSE, L. Concevoir l'innovation sociale: dans une perspective de transformation. Sociologies pratiques, v. 31, n. 2, p.9-14. 2015.

BOYER, R.; YVES, S. Théorie de la regulation: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1995.

BÚRIGO, F. L. Sociedades cooperativas de interesse coletivo: inspiração para o cooperativismo brasileiro do futuro? Revista de Economia e Sociologia Rural, v.62, n3, 2024.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 1. ed. Chapecó: Argos, 2010.

CÁCERES, D. H. Social enterprises in the social cooperative form. In: PETER, H.; VASSEROT C.V.; SILVA, J. A. (orgs.). The international handbook of social enterprise law: benefit corporations and other purpose-driven companies. Genebra: Sprinter, 2022. p.173-192.

CORNFORTH C. Patterns of cooperative management: Beyond the degeneration thesis, Economic and Industrial Democracy, v.16, 1995. p. 487-523.

COSTA, D. R. de M. O controle nas cooperativas agropecuárias brasileiras: insights a partir daquelas com propriedade dispersa e complexas. 2023. 250 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

DESROCHE H. Le Projet coopératif. Son utopie et sa pratique. Ses appareils et ses réseaux. Ses espérances et ses déconvenues. Paris: Éditions Ouvrières. 1976.

DIMAGGIO P.; POWELL W. The ironcage revisited institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, v.48, n. 2, 1983. p. 147-160.

DRAPERI J.-F. La république coopérative: théories et pratiques coopératives aux XIXe et XXe siècles. Bruxelles: Larcier, 2012.

DRAPERI, J.F.; MARGADO, A. Les Scic, des entreprises au service des hommes et des territoires. Recma, v. 340, n. 2, p. 23-35, 2016.

DUVERGER, T. Les trajectoires de la coopération aux XIXe-XXe siècles : un mode original d'institution des communs. In: FERRATON, C.; VALLADE, D. (orgs). Les communs, un neveau regard sur l'économie social et solidaire? Montpellier: Presses Universitaires de la Mediterranée. 2019. Collection Territoires en Mutation.

EYNAUD, P; LAURENT, A. Articuler communs et économie solidaire : une question de Gouvernance ? Recma, v.2, n. 345, p. 27-41, 2016.

FERRATON, C.; VALLADE, D. (orgs). Les communs, un neveau regard sur l'économie social et solidaire? Montpellier: Presses Universitaires de la Mediterranée. 2019. Collection Territoires en Mutation.

FILIPPI M.; FREY O.; MAUGET R. Les enjeux des entreprises coopératives agricoles, la gouvernance coopérative face à l'internationalisation et la mondialisation des marchés ? Les entreprises coopératives agricoles. Colloque Safer, p. 28-29, fev, 2008.

FOREMAN, P.; WHETTEN, D. Members identification with multiple-identity organizations. Organization Science, v. 13, p. 618-635, 2002.

FUKUMOTO, E., & BOZEMAN, B. Public Values Theory: What Is Missing? The American Review of Public Administration, v. 49, n. 6, p. 635-648, 2019.

FULTON, J. R.; ADAMOWICZ, W. L. Factors that influence the commitment of members to their cooperative organization. Journal of Agricultural Cooperation, v. 8, 1993.

GUESLIN, A. L'Invention de l'économie sociale: le XIXe siècle francais. Paris: Ed. Économica, 1987.

LAES, L. S. Educação cooperativa. In: FORNECK E.; MAYER L.; KERN, G. (orgs.). Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o Sul do Brasil. São Leopoldo: Ed. Oikos Ltda. 2022, p.171-209. (p.194).

LAVILLE J.-L. L'économie sociale et solidaire: théories et pratiques. [s.l.] Editeur Points, Collection Points Economie, 2016.

LAVILLE J.-L. Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana. Sociologias, Porto Alegre, a.16, n. 36, p. 60-73, mai/ago 2014.

LE VAY, C. Agricultural co-operative theory: A review. Journal of Agricultural Economics, 34(1), p.1-44, 1983.

LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives vis-a-vis the Issue of "difference". Journal of Rural Cooperation, Jerusalém, v. 28, n. 2, p.125-131, 2000.

LEVI, Y.; DAVIS, P. Cooperatives as the "enfants terribles" of economics: Some implications for the social economy. The Journal of Socio-Economics, v. 37, n. 6, p. 2178–2188, 2008.

LIMNIOS, E. M.; MAZZAROLA, T.; SOUTARA, G. N.; SIDDIQUE, K. H. The member wears Four Hats: A member identification framework for cooperative enterprises. Journal of Co-operative Organization and Management, v.6, p. 20-33, 2018.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 73, p 45-66, 2005.

MAZZUCATO, M. Collective value creation: a new approach to stakeholder value. International Review of Applied Economics. p. 1-15, 2022.

MAZZUCATO, M. O valor de tudo. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2020.

NAMORADO, R. O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra: Almedina, 2013.

NELSON, T., NELSON, D., HUYBRECHTS, B., DUFAYS, F., O'SHEA, N.; TRASCIANI, G. Emergent identity formation and the co-operative: Theory building in relation to alternative organizational forms. Entrepreneurship & Regional Development, v. 28, n. 3/4, p. 286-309, 2016.

NOVKOVIC, S. Defining the co-operative difference. The Journal of Socio-Economics .v. 37 p. 2168-2177, 2008.

NOVKOVIC, S.; PUUSA, A.; MINER, K. Co-operative identity and the dual nature: From paradox to complementarities. Journal of Co-operative Organization and Management. v. 10 n. 100162, jun. 2022

OCB – ORGANIZAÇÕES DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário 2024. Brasília: OCB, 2025.

OLIVEIRA, C. do C.; OLIVEIRA, D. C. As cooperativas no Brasil em 2017. Brasília: Ipea. Ano 21, p. 175-187, out. 2021. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.

ONU - THE UNITED NATIONS. Measuring the size and scope of the cooperative economy: results of the 2014 global census on co-operatives. Nova York : ONU, 2014.

OSTROM, E. Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. Revista World Development, n. 24, p. 1073-1087. 1996

PINHO, D. B. O cooperativismo: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 357 p., 2004.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevie, 2000.

PORTER, M. E. & KRAMER, M. R. The big idea: Creating shared value. How to reinvent capitalism - and unleash a wave of innovation and growth. Harvard Business Review. v. 89, p. 62-77. 2011.

SAÏSSET, L. A. ; CHERIET, F. Grandir, oui, mais comment ? Analyse de la concentration par fusions des coopératives vinicoles du Languedoc-Roussillon. Recma, v. 326, p. 45-63, 2012.

SAÏSSET, L.-A. Les trois dimensions de la gouvernance coopérative agricole. Le cas des coopératives vinicoles du Languedoc-Roussillon. Recma, v. 339, p. 194-36, 2016.

SANTANA, C. H. V. Financiamento do desenvolvimento e poder infraestrutural do Estado brasileiro. Revista do Serviço Público (RSP). Brasília: v. 74, p. 109-142, jan-mar 2023.

SCHNEIDER, J. O. Identidade cooperativa: sua história e doutrina. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2019.

SENNET, R. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SIBILLE. H. Contexte et genèse de la création des sociétés coopératives d'intérêt collectif (Scic). Recma, n. 324, p.110-117, 2012.

SIFA, C. B.; HOSSEIN, C. S. Cooperatives and mutuals. In: ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY. Massachusetts: Ed. Ilcheong Yi (UNTFSSE). Edward Elgar Publishing Ltda, 2023.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F, L; CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista - interesse pela comunidade. Pegada, Presidente Prudente, v. 22, n.2. p. 232-262, 2021.

TALONEN, A.; JUSILLA, I.; SAARIJÄRVI, H.; RINTAMÄKI, T. Consumer cooperatives: uncovering the value potential of customer ownership. AMS Review, v. 6, p. 142-156, 2016.

THOMAS F. Scic et agriculture: le temps des défricheurs. Recma, v. 4, n. 310, p. 17-30, 2008.

UNISOL - UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS SOLIDÁRIAS. O que são cooperativas sociais? Brasília: Unisol, 2023.

Fábio Luiz Búrigo – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC. Coordena o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC), desenvolvendo atividades nas áreas do Cooperativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Suas mais recentes publicações são: BÚRIGO, F. L. Sociedades cooperativas de interesse coletivo: inspiração para o cooperativismo brasileiro do futuro? *Revista de Economia e Sociologia Rura*l 62(3), 2024. http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2023.284695; CATELLI, R. M.; BÚRIGO, F. L.; ROMÃO, CAZELLA, A. L.; PUGAS, A. S. Processos de intercooperação de produtores e consumidores: estratégias para a expansão de sistemas alimentares sustentáveis. In: GRISA, C.; SABOURIN, E.; LUDIVINE, E., MALUF, R. (Orgs). *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 255-280; BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (orgs). *Cooperação e desenvolvimento rural*: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Disponível em: http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/livro-cooperac%CC%A7ao_e_desenvenvolvimento.pdf

Sérgio Schneider – Doutor em Sociologia pela UNICAMP e UFRGS-Univ. Paris-10, respectivamente. Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento rural,da UFRGS, desenvolvendo pesquisas sobre temas como sistemas agroalimentares, mercados, agricultura familiar e cooperativismo. Suas mais recentes publicações são os livros *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China, Food* e *Agriculture in Urbanized Societies*: Pathways for a Better Future e Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos.

PRODUCING AND SHARING VALUE: identity and sustainability of cooperativism in debate

Fábio Luiz Búrigo
Sérgio Schneider

Cooperatives are one of the most important forms of collective action in contemporary society. Since the 19th century, their work has been guided by a distinct identity, based on four main pillars – an identity statement (the concept of a cooperative), brand, values, and principles – which are expressed through the skills, practices, rites, and institutions that shape the cooperative culture of each country. In light of the current global crisis, this essay discusses the role of the concept of value for the future of cooperativism and its contribution to the sustainability of food systems. It argues that Brazilian cooperatives must see value as a key element to reinforce their identity, thereby addressing the challenges of building a more sustainable economy with social justice and environmental preservation. Ultimately, it concludes that significant progress will depend on legal and institutional reforms that strengthen both democracy and the cooperative culture in the country.

KEYWORDS**:** Value creation. Cooperative movement. Sustainable food systems. Cooperative identity. Cooperative legislation.

PRODUCIR Y COMPARTIR VALOR: Identidad y sostenibilidad del cooperativismo a debate.

Fábio Luiz Búrigo
Sérgio Schneider

Las cooperativas representan una de las manifestaciones más importantes de la acción colectiva en la sociedad contemporánea.
Desde el siglo XIX, sus acciones se han guiado por su propia identidad, basada en cuatro pilares fundamentales: declaración de identidad (conceptualización de la cooperativa), marca, valores y principios, que se manifiestan a través de las habilidades, prácticas, ritos y estructuras institucionales que configuran la cultura cooperativa de cada país.
Ante la crisis global, este ensayo analiza el papel del concepto de valor para el futuro del cooperativismo y su contribución a la sostenibilidad de los sistemas alimentarios. Se argumenta que, en Brasil, las cooperativas deben considerar el valor como un elemento clave para reforzar su identidad, afrontando así los desafíos de construir una economía más sostenible, con justicia social y preservación del medio ambiente. En definitiva, se concluye que un progreso significativo dependerá de reformas legales e institucionales que fortalezcan la democracia y la cultura cooperativa en el país.

PALABRAS CLAVE: Creación de valor. Movimiento cooperativo. Sistemas alimentarios sostenibles. Identidad cooperativa. Legislación cooperativa.